

ÉTICA, PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: investigando a ética na sociedade do conhecimento, da informação, da aprendizagem e do controle a partir de uma Teoriação Polilógica

ETHICS, PRIVACY AND CONFIDENTIALITY OF HEALTH INFORMATION: investigating ethics in a society of knowledge, information, learning and control from a Polylogical Theoryaction

 Dante Augusto Galeffi¹

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: dgaleffi@uol.com.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: A autora declara que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 01/10/2019.

Revisado em: 20/10/2019.

Aceito em: 31/10/2019.

Como citar este artigo:

GALEFFI, Dante Augusto. Ética, privacidade e confidencialidade de informação em saúde: investigando a ética na sociedade do conhecimento, da informação, da aprendizagem e do controle a partir de uma Teoriação Polilógica. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 5, n. especial, p. 9-22, março 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5iespecial1.2020.43509.9-22>.

RESUMO

A motivação deste artigo/ensaio brotou de um problema traduzido na questão: Quais são as

éticas dominantes nas relações humanas mediadas por redes sociais telemáticas? Intenciona-se apresentar uma perspectiva de investigação das éticas dominantes em uma chave filosófica e literária despojada de qualquer intenção de acabamento ou de convicções fechadas ao diálogo interrogante. A questão guia interroga o que se compreende em geral por ética quando qualquer um fala em ética, privacidade e confidencialidade de informação em saúde. Está em questão a construção de uma nova modelagem ética para a salvaguarda da privacidade e da confidencialidade de informação em saúde e em todos os setores da atividade humana. Esta nova modelagem precisa incluir a complexidade dos fenômenos naturais e humanos e ampliar o campo do conhecimento em sua multiplicidade infinita para que seja possível educar para uma vida civil em que todos sejam responsáveis por todos e o respeito pela vida alheia se torne um princípio ético sem o qual tudo será apenas controle frio e manipulação, e todos estarão sujeitos a todo tipo de ameaças e chantagens, de invasões indevidas em sua privacidade através dos rastros deixados na rede. Compreender, entretanto, como hoje anda a ética no gerenciamento de redes sociais em saúde é o primeiro passo para se ter em mira soluções viáveis e seguras que caminhem na direção de uma aprendizagem ética comum-pertencente que supere a barbárie atual do dataísmo ou Religião dos dados.

Palavras-chave: Ética. Privacidade. Confidencialidade. Informação. Teoriação Polilógica.

ABSTRACT

The motivation of this article / essay arose from a problem translated into the question: What are the dominant ethics in human relations mediated by telematic social networks? It is intended to present a research perspective of the dominant ethics in a philosophical and literary key stripped of any intention of finishing or of closed convictions to the interrogating dialogue. The question guide asks what is generally understood by ethics when anyone speaks in ethics, privacy and confidentiality of health information. It is in question to construct a new ethical modeling for safeguarding the privacy and confidentiality of health information and in all sectors of human activity. This new modeling must include the complexity of natural

and human phenomena and extend the field of knowledge in its infinite multiplicity so that it is possible to educate for a civil life in which everyone is responsible for all and respect for the life of others becomes an ethical principle without which will all be just cold control and manipulation, and all will be subject to all kinds of threats and blackmail, from improper invasions of their privacy through the traces left on the network. Understanding, however, how ethics today is in managing social networks in health is the first step toward envisaging viable and secure solutions that move toward a common-ethical learning that overcomes the current barbarism of Dataism or Data Religion.

Keywords: Ethics. Privacy. Confidentiality. Information. Theoriaction Polilogical.

1 ABERTURA

Investigar a ética e sua relação com a privacidade e a confidencialidade da informação em saúde se torna hoje imprescindível para que se tenha em mira as transformações necessárias para a construção de uma sociedade em rede e extremamente vulnerável aos interesses de um capitalismo devastador. Mais controle provoca mais punição, mais punição gera mais violência e institui o estado de terror como condição natural da vida social e sua produção de valores comportamentais. Uma questão tensiona as cordas desta exposição investigativa: Quais são as éticas dominantes nas relações humanas mediadas por redes sociais telemáticas?

Apenas para tensionar a problematização expressa na pergunta anterior, para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), o sujeito pós-moderno vive de relações líquidas, o que caracteriza os enlaces de amor como mero acúmulo de experiências e não mais se referem à união sólida das pessoas, mas à incerteza e instabilidade instituída na liquidez dos afetos. Este traço do comportamento geral pós-moderno revela também o espectro ético das relações interpessoais contemporâneas. A ética encontra-se na berlinda na sociedade das redes e do “falatório” compulsivo, e mesmo assim nunca se falou tanto de ética como agora. A ética, entretanto, mereceria uma investigação mais amante do conhecimento libertador, pois conhecer significa aprender a agir segundo a necessidade e seu contexto, de modo corresponsável e consciente da consciência e consciente da inconsciência. Ética necessariamente implica em uma investigação menos

confortável e cheia de linhas de angústia criadora. Conceber a ética na instância da privacidade, da confidencialidade da informação em saúde requisita uma expansão do próprio conhecimento ético que se tem diante, porque não está em causa apenas a descrição dos princípios éticos a seguir, mas a compreensão fenomenológica dos modos éticos do agir humano nas redes sociais, o que aponta para uma problematização diagnóstica tendo em vista contribuir para uma compreensão atualizada dos agenciamentos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCArq), tendo em vista a formulação de diretrizes para o aprimoramento do SUS e suas implicações éticas com a privacidade, confidencialidade e informação em saúde. Nesta linha de ação, o que se diz e o que se faz quando se fala em nome da ética – o que dizemos quando falamos em ética? Querendo ou não, todos estão implicados no esclarecimento desta questão, porque o que está em jogo não é tanto o controle dos meios telemáticos disponíveis e sua blindagem contra a invasão da privacidade dos usuários e confidencialidade dos dados, e sim a evolução da consciência humana por meio de processos aprendentes permanentes, sobretudo porque o campo da saúde é parte integrante da vida associada e também corresponsável na gestão da qualidade da vida humana, devendo também manter um nível de inteligência gerido por humanos e não por máquinas inteligentes inumanas.

2 A INVESTIGAÇÃO ÉTICA ENTRE OS PRECEITOS DISCURSIVOS CRISTALIZADOS E OBRIGATÓRIOS E OS FLUXOS LÍQUIDOS DAS REDES SOCIAIS MANIPULADAS PELO GRANDE CAPITAL: ENTRE A CRUZ E A BALA?

Qualquer Sistema de Saúde em rede necessariamente é uma Rede Social mediada eletronicamente (telematicamente). Conceber a preservação dos dados dos usuários no âmbito do Sistema Único de Saúde requer sem dúvida uma ampla investigação filosófica e literária sobre o que significa ética para um sistema deste porte e quais dispositivos garantem a privacidade e confidencialidade dos dados dos usuários cadastrados na rede. É preciso saber se a ética aqui não se limita ao formalismo legal e tecnológico e deixa de lado a dimensão propriamente ética das relações interpessoais. Nesta instância a palavra ética se confunde com o caráter protocolar dos agenciamentos de controle da rede, e se torna também expressão de uma automação perdendo a sua dimensão afetiva e humana. Os operadores e programadores da rede precisam garantir a privacidade e a

confidencialidade, mas não são afetados pelos problemas éticos aí existentes. Cabe-lhes criar meios de proteção contra invasões e captura de dados armazenados na rede. Então, em qual nível ético se deve considerar a questão da privacidade e confidencialidade de informação em saúde no mundo presente da Ética Líquida?

Consideramos importante uma melhor compreensão do substantivo “ética” para apresentar o deslocamento conceitual intencionado e conectado à uma Teoriação Polilógica. A ética é, desde os gregos, uma investigação filosófica do “ethos” ou comportamento habitual dos seres humanos em suas relações interpessoais, intrapessoais e transpessoais. Trata-se sempre de uma racionalidade examinada e desdobrada em suas justificativas teóricas, em que muitas vezes a prática pura e simples é completamente oposta ao plano mental do sentido ético. Ora, toda ética, enquanto investigação racional dos perceptos, afetos, juízos e crenças humanas tem mais um caráter diagnóstico do que afirmativo, porque não se trata de dizer o que é ético e o que não é ético, mas sim do reconhecimento da ação ética, do ser ou não ser ético em sua práxis humana cotidiana. Para tanto é também preciso parâmetros para a determinação do estado de ação ética e de sua negação. Mas, como medir racionalmente o que é da ordem do suprarracional, e não do irracional?

Avaliando bem, a ação ética sempre trás acréscimo de potência e a ação não ética sempre provoca afetos de diminuição de potência. O problema, entretanto, é que esta compreensão não se encontra disponibilizada em um plano objetivo, ao modo de objetos palpáveis, sendo sempre o juízo produzido por alguém e suas circunstâncias. A clareza alcançada por alguém sobre o verdadeiramente ético é algo incomunicável até que mereça tradução e reconhecimento discursivo público e seja difundido sem reservas. A ética neste sentido é o oposto da moral, compreendida como “coerção social” e atuando como força coletiva inconsciente. A ética como atividade investigativa é criadora e não tem nada a ver com preceitos de ação que não passam pelo exame criterioso de uma investigação de traço fenomenológico, mas que não se filia a nenhuma escola de pensamento e sim postula uma compreensão própria e apropriada do que se investiga e do que se atribui valor e reconhecimento para a sua ampla difusão pública. Eis, então, também uma tarefa para o que hoje se pode chamar de Analista Cognitivo, seguindo algumas linhas de desenvolvimento e de fuga do Doutorado em Difusão do Conhecimento do qual faço parte como docente/pesquisador. Um Analista Cognitivo pode sim propor em sua análise do conhecimento e da informação modos diferentes de

olhar, de sentir, de pensar e de agir sobre os “objetos” investigados. Isto porque o fazer científico também escapa à previsibilidade quando é conduzido por rigoroso processo de teste e avança além do que convém ao já estabelecido.

A questão também diz respeito ao legado discursivo que se liga à palavra “ética” nos âmbitos filosófico e científico. Em sentido genérico, ética é a investigação filosófica acerca dos princípios da ação humana e sua fenomenologia afetiva, com ênfase na essência das normas, valores, prescrições e práticas que caracterizam qualquer realidade social. Há também o sentido mais erudito que se encontra em doutrinas metafísicas e racionalistas, e se define como o estudo das finalidades últimas, aspirações e ideais, sejam transcendentais ou imanentes, orientadores da ação humana para o máximo de sua potência em harmonia, perfectibilidade ou excelência, universalidade, pressupondo a superação dos desejos e paixões instintuais irrefletidas. Encontra-se igualmente um sentido pragmático de “ética”, difundido por escolas empiristas, materialistas e positivistas e outras, sendo o estudo dos fatores concretos determinantes da conduta humana, tendo em vista a realização de metas práticas e utilitárias no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. É igualmente usual o sentido de “ética” como conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral do comportamento do indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade maior.

Também em suas múltiplas locuções, a palavra “ética” ganha diferentes acentos e ênfases. Assim, uma “Ética Autônoma” aparece como doutrina ética que afirma o ser humano como legislador livre e consciente de suas condutas e limites em sua condição social, não admitindo explicações transcendentais, teológicas e deterministas sobre o ser humano. O Filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1802) deu a sua fundamental contribuição à Ética em sua “Crítica da razão prática” (1994), formalizando a existência de uma “Razão pura prática” com sua “liberdade transcendental”, cuja Lei fundamental se exprime na sentença: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 1994, p. 42). Uma ética formal é definida na formalização dos princípios da vontade humana em sua estrutura transcendental *a priori*. Neste âmbito de definição formal da ética a universalidade legislativa se mostra como “imperativo categórico” na orientação para o agir ético responsável e consciente. A contrapartida da ética formal é a “ética heterônoma”, segundo a qual as leis éticas imperativas são de origem natural ou divina e transcendem a livre autodeterminação humana. Nenhum ser humano com suas próprias

forças alcança a perfeição divina, que é sempre inalcançável em sua transcendência. Em contrapartida aparece também uma “ética intelectualista” que em sentido geral se define como qualquer doutrina derivada da racionalidade moral socrática, em que o pensamento racional se revela o campo de todo aprimoramento ético possível, em franca oposição à influência dos sentimentos de piedade e compaixão, considerados de pouca importância ou mesmo de nenhuma importância na vida moral examinada racionalmente. Há também os que defendem uma “ética material” como uma teoria moral fundada em princípios concretos, materiais e empíricos, independente do fato de responderem a interesses individuais e coletivos (utilitarismo, pragmatismo) ou finalidades últimas (racionalismo) ou valores próprios (axiologias). Finalmente, para fechar a série de locuções, a “ética médica”, definida como conjunto de regras de conduta moral, deontológica e científica dos profissionais de saúde com relação aos pacientes/clientes.

Todas estas variantes do sentido da ética só fazem acentuar a liquidez do conceito apesar de sua cristalização nos códigos e normas de conduta profissionais. E isto se deve ao próprio modo de produção de sentido predominante no auge do capitalismo global integrado, que a tudo reduz a mercadoria e dinheiro, não importando as consequências de longo prazo na ecologia integrada do planeta. A época atual vacila entre a irracionalidade prática do capital e o intuito do clamor da inteligência vital que pressupõe a evolução espiritual humana, não como uma teleologia fechada e previsível, mas como abertura de possibilidades para um sentido de cuidado que implica em um encontro incondicional com a inteligência e a sensibilidade do mundo da vida em seu clamor de mais-vida sem desconhecer a morte e a incontornável transformação de tudo. As ecologias sustentáveis são incondicionalmente éticas no sentido de ações examinadas e avaliadas por critérios racionais. Uma racionalidade, entretanto, que não pode se limitar ao registro do discurso monológico da ciência moderna em sua redução dos fenômenos às leis da microfísica. Uma racionalidade que alcança todos os diferentes registros da experiência espiritual humana. Sim, porque o que importa considerar em uma ética como caminho investigativo é o próprio campo da experiência moral humana em sua história. O que significa também enfatizar a importância de se compreender o desenvolvimento moral dos indivíduos e sociedades humanas na história, como forma de diagnosticar o tempo presente e suas derivas estranhamente morais e perigosamente

irresponsáveis diante das exigências inalienáveis e duras do mundo da vida em sua inteligência afetiva e em seu clamor de justiça e equidade.

Outra consideração importante para se perceber melhor o estado líquido da ética contemporânea é a crescente violência que se espalha por toda parte, o que aponta para o surgimento de sistemas de poder que ignoram os mínimos princípios de uma racionalidade democrática partilhada e comum-responsável, impondo formas polarizadas de pensar e agir, acentuando desigualdade e fortalecendo a injustiça social. Mas, de onde provém a força que nutre esta violência e esta forma de poder polarizado e belicoso? Segundo Hannah Arendt (2010, p. 102):

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital; eles pertencem ao hábito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo. E penso que pode ser demonstrado que nenhuma outra habilidade humana sofreu tanto com o progresso da época moderna, pois o progresso, como viemos a entendê-lo, significa crescimento, o processo implacável de ser mais e mais, maior e maior. Quanto maior torna-se um país em termos populacionais, de objetos e de posses, tanto maior será a necessidade de administração e, com ela, o poder anônimo dos administradores.

A liquidez ética, então, agora ficou vaporizada e é densa a sua cortina de fumaça. Qual alternativa cabe seguir na administração da coisa pública em saúde? Qual a ética para a garantia da privacidade, da confidencialidade da informação em saúde? Por que se mostra insuficiente apenas uma ética prescritiva e protocolar para garantir o sentido de privacidade e confidencialidade na saúde? Para qual ser humano se faz isto e a partir de qual projeto de desenvolvimento social e de qual concepção de Estado?

De qualquer modo, a liquidez ética tomou conta de tudo e o sistema de saúde também sofre seus efeitos. Como é possível valorar o ser humano em sua complexidade afetiva quando tudo virou dinheiro e o que importa é seguir o ímpeto do “sempre mais, sempre mais”? Como praticar uma ética criadora de igualdade e equidade de direitos formativos em um regime hegemônico capitalista que perdeu de vista a diferença radical entre “cuidado” e “exploração irresponsável” dos bens naturais e culturais, materiais e imateriais?

3 QUANDO O QUE SE DIZ NÃO É O QUE SE FAZ COMO CONSIDERAR A ÉTICA COMO O CAMINHO NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO BEM COMUM?

É preciso considerar a época em que vivemos para que seja possível avançar no agenciamento da gestão do SUS e dos Conselhos Nacionais de Saúde na formulação de políticas públicas para a promoção, prevenção e atenção à saúde dos brasileiros. Isto significa que de algum modo é preciso ultrapassar o horizonte político dos Estados Modernos, em que os setores da atividade humana se encontram isolados em seus regimes semióticos aparentemente distintos, mas que repetem a fragmentação e a excessiva especialização dos conhecimentos úteis à manutenção econômica da vida associada. Assim, como um regime burocrático estatal baseado na fragmentação e isolamento dos campos da experiência humana pode operar em um processo radicalmente ético e absolutamente inclusivo?

Será que só resta seguir adiante com os dispositivos alienantes das grandes burocracias estatais, ou também é possível projetar outras possibilidades ainda impensadas? Mas, como escapar da alienação inumana em regimes estatais burocráticos movidos pelo controle das massas e sem considerar o pleno desenvolvimento humano em ecologias ambientais, sociais e mentais sustentáveis?

O fato é que quando se diz ética nem sempre se diz altivez perante si mesmo, o outro e o mundo em uma busca incessante de realizações condizentes com o andar do tempo interminável para o progressivo caos. O fato de tudo caminhar para sua transformação infinita pode ser um dos motivos que justificam a persistência humana de buscar segurança e estabilidade. Sendo um ser para a morte, o humano procura de todas as maneiras encontrar uma justificativa para a sua existência tão dura e tão inexplicavelmente violenta. É que a violência espregueada e assalta a política humana pela posse do poder central, e o modelo de centralidade e hierarquia de funções se impõe como natural e/ou teológico. É mesmo de desesperar pretender justiça plena em um mundo perpassado pela barbárie em todas as frentes. O que parecia ter acabado, a tirania e a barbárie dos regimes autoritários e de exceção, hoje reaparece como solução falaciosa diante do que só encontra jeito através do conhecimento distribuído e partilhado e por meio de uma educação inclusiva e criadora. Entretanto, o que se vê é cada vez mais uma distância do afrontamento dos problemas reais dos seres humanos, pela adoção de soluções técnicas que nada dialogam com o mundo da vida de humanos

concretos e que desconhecem o sentido ético de uma vida humana: o nascimento, o florescimento e a transformação impassível em ciclos abertos aos eventos, que com as palavras de Hannah Arendt (2010, p. 22), são, por definição, “ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina; apenas em um mundo em que nada de importante acontece poderia tornar-se real o sonho dos futurologistas”. E hoje os “futurologistas” indicados são os técnicos operadores que gostariam de modelar um sistema completamente controlado e controlador, em que cada linha de ação pudesse ser prevista nos mínimos detalhes. E esta forma de comportamento também aparece com seu escudo ético. É em nome da ética que todos falam. Eis aí o contraste entre uma ética da ação e uma ética da formalização discursiva. Um contraste que requer uma nova força compreensiva dos acontecimentos humanos, uma força capaz de promover a aprendizagem de um estado ético em que todos tenham as mesmas condições de desenvolvimento e em que a diversidade e a diferença sejam o sinal da maior potência humana para a sua benquerença incondicional.

O que acontece é que, na perspectiva das relações líquidas a distinção entre uma ética criadora e uma ética que atua no campo psicológico da “coerção social” perde a sua importância, porque a vigência é a do discurso persuasivo, em que o convencimento forma os blocos de representações da verdade objetiva que serão utilizados como sinalética para guiar autômatos. Esta constatação é mesmo muito desconcertante porque mostra o abismo existente entre as formalizações coercitivas da moralidade e os atos livres do agir ético em suas derivas criadoras de abundância comumente partilhada. Ética sem partilha e encontro é regime discursivo coercitivo implicando em relações interpessoais desiguais e hierarquizadas por relações de força imperial.

E entre o que se diz nos tratados de moral e o que se faz na vida prática só pode ser investigado quando se retorna às coisas mesmas segundo o modo como constituem os atos intencionais humanos, sejam eles conscientes ou inconscientes. Conceber a ética nos agenciamentos do SUS enquanto rede social implica em uma compreensão do ser humano para além do que se considera natural, porque o sentimento de amor a si mesmo e ao próximo consiste em uma conquista do espírito humano criador em sua perene luta contra o desaparecimento de tudo e o esquecimento inevitável de todo ídolo, de toda imagem, de toda representação da matéria-energia construída.

De qualquer modo é preciso ir direto ao núcleo de nossa questão guia porque fica aparente como os diversos regimes nominais de ética são modo de dizer dissociados do

modo da ação propriamente livre. E uma ação livre não se encontra fragmentada em pontos de vista particulares e age sempre de modo inteligente, afetivo e inventivo. Assim, quando dizemos “ética” sempre compreendemos algo dado como juízo de valor, em grau maior ou menor não importa. E porque o ser humano se encontra jogado existencialmente no mundo dado, até que cada singularidade não encontre em si mesmo o seu próprio caminho de cura, se encontra inevitavelmente no mundo das opiniões e dos juízos impróprios, guiados sempre pelo sentimento de “coerção social” que é movido pelo medo irrefletido. Dentro desta consideração aparece a compreensão dos dispositivos de controle de um Estado burocrático democrático como a garantia de sua sobrevivência como “máquina abstrata”, não cabendo em seus procedimentos ultrapassar o metron da formalização. Nesta instância de realidade instituída a ética propagada é um conjunto de normas que exercem a mesma função de “coerção social”. Neste sentido, estaríamos falando de uma ética que se confunde com uma moral normativa indiscutível, o que passa por cima dos atos concretos realizados por seres humanos vivos.

Portanto, se podemos falar de ética no âmbito da privacidade e confidencialidade das informações em saúde, é importante distinguir entre uma “ética normativa” e uma Ética como investigação interminável do alcance de uma vida singular vivida com sabedoria, o que significa a fundamental abertura para uma vida com sentido e cheia de promessas e utopias. É também importante destacar como a consciência ética própria e apropriada só encontra razão na imanência de cada singularidade vivente e suas circunstâncias, não sendo possível mensurar este acontecimento e nem o explicar matematicamente. A força ética não é movida por dispositivos formais que atuam como atratores gravitacionais de controle da força e se impondo coercitivamente. A força ética é o âmbito da liberdade criadora sem culpa e sem medo. Medo e culpa movem a alma cativa de suas ilusões de dependência e irresponsabilidade diante de seus atos. Não há controle na ação ética e sim entrega e encontro. Ora, mas como trazer a ética assim concebida para o âmbito em que tudo é impessoal, tudo é objetivamente formalizado, em que o Estado é a modelização da coerção social, é controle das massas, é centralizador e inumano – uma grande máquina com cérebro eletrônico e sem espírito em seu luzir telemático?

4 A PERSPECTIVA DA TEORIAÇÃO POLILÓGICA NO AGENCIAMENTO DE UMA COMPREENSÃO ÉTICA QUE POSSA CONTRIBUIR COM A EVOLUÇÃO DO ESTADO EM SEUS DISPOSITIVOS DE SERVIÇO AO CIDADÃO

Incluo intencionalmente a Teoriação Polilógica no interior do discurso, buscando com isso uma via de acesso a um novo sentido ético no agenciamento da privacidade e confidencialidade da informação em saúde. Pelo desenvolvimento investigativo até aqui traçado fica em destaque a diferença entre uma ética como ação criadora e a ética limitada aos dispositivos de coerção social. E se mostra evidente como em um Estado disciplinar burocrático se torna impossível incorporar as variações intermináveis do comportamento humano além do impessoal e genérico, supostamente objetivo em sua transcendência. Como, então, falar em ética sem a experiência criadora das possibilidades de realização plena inerentes ao projeto humano? Isto pode indicar como os seres humanos e sua humanidade são criadores de valores que só podem ser reconhecidos por seres humanos. É claro que não se deve negar que os dispositivos de controle de um Estado são imprescindíveis para o estabelecimento de uma normalidade controlada. A questão não é esta e sim a da possibilidade de uma modelagem de dispositivos estatais de controle que incorporem em seus algoritmos as variações complexas do comportamento humano em suas possibilidades. O sentido aqui não é apenas o controle e coerção social e sim a prevenção contra a redução do humano à quantificação estatística e a dados frios. Mas isto requer um movimento de expansão do conhecimento em suas diversas frentes e em suas múltiplas ecologias, o que requisita um projeto novo de educação para possibilitar aos seres humanos um acesso qualificado ao mundo da informação, do conhecimento, da aprendizagem e do controle.

Em uma perspectiva das “máquinas abstratas” estatais é estranho provocar na direção do pleno desenvolvimento espiritual como tarefa de todos em relação a todos. Somente um Estado com outra modelagem de inteligência coletiva poderia suportar tamanha variação de complexidade em sua gestão burocrática. E de verdade, não acredito que isto seja possível dadas as condições espirituais presentes dos atores sociais em destaque. Tudo parece caminhar para o inevitável “ponto de explosão” pelo excesso de maximização dos modos de produção capitalista do planeta. Sim, também existem as linhas de fuga alternativas e os ambientes de preservação rigorosa em todo o planeta. Entretanto, do ponto de vista social os desequilíbrios são de longe muito mais

devastadores e fatais, e as diferenças entre ricos e pobres é tão grande que até parece que se vive em planetas diferentes, quando todos são parte viva de um único planeta com seus recursos finitos.

Isso chama a atenção para o fato de que o nosso país com toda a sua vastidão é extremamente desigual na distribuição social de seus recursos econômicos. O Estado brasileiro, então, age como qualquer outro sistema burocrático estatal do mundo, criando dispositivos de compensação social para suprir as carências do povo desfavorecido. Aqui se mostra também a ilusão de uma igualdade social garantida na Constituição vigente, assim como a excessiva dispersão da informação que é encapsulada por setores e sofre da síndrome da incomunicabilidade sistemática do poder central. Revelar ao povo desinstruído – e sem formação intelectual aderente ao desenvolvimento econômico e social equânime e comum-responsável – as artimanhas da máquina central é um erro imperdoável para a sua sobrevivência como dispositivo de controle social pela dependência afetiva e vital da maioria da população que mal tem para comer e poder viver com a dignidade sem a qual qualquer “ser humano” se torna “ser desumano”, “ser-interrompido”, “ser-não”, “não-ser”. E o que mais há nesta sociedade desigual é o “quase-ser” desprivilegiado que pela sua condição precária, pode esperar com a santa paciência do humilde, pode fazer longas filas e morrer no meio da multidão de desassistidos por um sistema que garante um atendimento igual para todos em suas normas éticas. As contradições propriamente éticas se mostram de modo desconfortável e por isso é também preciso reconhecer a dialógica despolarizante de uma proposição que sempre inclui um terceiro termo, e nunca duvida da incomensurabilidade das relações humanas fundadas no sentimento do cuidado triético e sua ação efetiva: cuidado de si, cuidado do outro, cuidado do ambiente vital. Neste caso, é a Teorização Polilógica que nos instrui a projetar possibilidades impensadas e com isso provocar outros caminhos possíveis para se imaginar um plano paralelo de gestão de dados de cidadãos que aponte outros campos de informação e se conecte em uma rede cada vez mais complexa, mas que pode ser gerenciada de modo extremamente simples, desde que as metas a alcançar no aprimoramento da privacidade e confidencialidade das informações em saúde se relacionem à uma política maior de um Estado que existe para servir o seu povo, e não o contrário.

5 INCONCLUSÕES IMPORTANTES

Levando em consideração que sem utopias o ser humano não passa de uma falta irreparável, é possível crer na construção de uma sociedade que eduque o seu cidadão para a partilha do bem comum, através do seu trabalho e da sua singularidade única. Os agenciamentos de controle dos dados pessoais de usuários em qualquer rede social estão sujeitos às invasões das “aves de rapinas digitais” dos dados de uma rede, e isto para atender a todo tipo de fim, como vender dados pessoais a empresas, fornecer informações ao sistema de inteligência policial, ou outro qualquer motivo. E muitas vezes isto acontece sem que o sistema de segurança advirta a invasão de alguma “ave de rapina digital”, como também pode ocorrer por alguma forma de desvio técnico para fins pessoais. Eis aí um poder dos programadores que está além do domínio do Controle Central da “máquina abstrata”, apesar de se poder em algum momento capturar os rastros deixados por qualquer operação que se faça na rede, e é o que acontece sempre sem que a grande massa de usuária tenha ciência de que os seus dados estão sendo “sugados” e manipulados para interesses que só mesmo o grande capital sabe explicar e que escapam de todo sentido ético mais profundo e vital. Como, então, solucionar o problema ético maior da desigualdade social e contribuir para a justa partilha e compartilhamento dos bens materiais e imateriais, em um momento em que as redes sociais estatais parecem estar perdendo a atualização da história líquida em uma velocidade assustadora? O que será de um país governado por um pai castrador e engendrador de violência e polarização, e que acha que deve prevalecer o seu entendimento das coisas de modo indiscutível pelo uso da coerção social militar, negando por ação o espírito democrático pluralista e pautado nos Direitos Universais da Pessoa Humana? Qual será a regência das redes sociais do Estado brasileiro em governos comprometidos com interesses que ferem o espírito democrático da Constituição Federal? Como garantir justiça e equilíbrio para todos sem exceção e não apenas para os “novos fardados” sem o uso da força e sem violência?

É longo o caminho que temos pela frente, sobretudo porque há uma enorme lacuna do Estado brasileiro em relação à atualização de seus sistemas de informação e suas redes sociais ativas. Hoje a imagem da Torre de Babel para representar a dispersão dos sistemas de informação nacional é atual e condizente com os acontecimentos, apesar da

grande diferença do tempo bíblico para o nosso em que são muitas as torres de Babel e são muitas babeis. Ou seja, a confusão e a complicação são muito maiores hoje.

Isso só enfatiza como há muito a ser construído para uma melhor compreensão da influência das Redes Sociais telemáticas na mudança de comportamento da grande maioria, e a ocasião marcada pela multiplicidade de visões sobre o tema proposto pode de algum modo revelar linhas de ação que contribuam para a evolução ética do uso das TIC e dos RDCArq. Claro, não está nas mãos de ninguém em particular o que é da ordem da complexidade e da emergência de um Todo que não é a simples soma de suas partes. Esta emergência maior é o que precisa ser descrita e traduzida para a sua plena difusão social pública – para todos.

É com esse espírito de um olhar novo para um mundo novo e pleno de novas possibilidades que considero fundamental o exercício de um “pensamento divergente”, que é um pensamento interrogante e questionador do que se apresenta como “verdade da coerção social” e utiliza o *pathos* do medo e da insegurança afetiva para montar legiões de servidores-inumanos. E o mais bizarro é que muitos humanos acreditam no inumano como solução final. É mesmo uma questão de crença. Mas enquanto há horizonte de novas possibilidades o ser humano não pode ser considerado concluído em suas peripécias transformativas. É uma esperança a que ainda nos projeta futuro nas cercanias do amor que a tudo reúne no sem-fundamento e faz tudo dançar nos vórtices pulsantes do tempo e nas superfícies de seus planos de imanência. E mesmo assim, “as aves de rapina digitais” não param de nos roubar os dados em que nos tornamos na sociedade fluída dos dados. O que fazer quando tudo parece ser contra o ético vigor da partilha de tudo para todos os viventes? Ainda uma revolução molecular em curso e fora do controle da razão calculadora.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. São Paulo: Zahar, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70, 1994.